

PODER

Ribeiro sabia da ação de pastores

Ministro comunicou à CGU as denúncias que recebeu, mas vinha agindo normalmente para não alertar os investigados

» CRISTIANE NOBERTO
» INGRID SOARES
» TAÍSA MEDEIROS

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou ontem que tinha conhecimento das manobras ilícitas de pastores — possivelmente de Gilmar Santos e Arilton Moura, acusados de pedirem propina para liberação de recursos do MEC — dentro da pasta, que, segundo ele, ocorriam desde 2020. Segundo ele, depois de receber denúncias anônimas pediu a apuração da atuação da dupla, que, conforme relatou, ocorria em sigilo. Ribeiro disse que, para não despertar suspeitas de que os dois religiosos estavam sendo vigiados, foi orientado até mesmo a recebê-los no gabinete do Ministério da Educação em quatro ocasiões diferentes.

Ribeiro garantiu que depois de ter ouvido comentários sobre Gilmar e Arilton, recebeu uma denúncia anônima sobre a corrupção praticada pelos dois. Por conta disso, o ministro afirmou ter reunido o gabinete do MEC e, após relatar as suspeitas em um documento, entregou-o ao ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário.

“Pedi que ele tomasse as providências. Ele me disse que iria instaurar uma investigação sigilosa. Havia uma possível mediação de uma conversa”, explicou, sem, porém, mencionar quem são os pastores investigados pela CGU.

“Em agosto de 2020, fui numa determinada cidade e ouvi algum comentário dessa natureza e, depois, recebi denúncia anônima sobre uma possível prática. Não estou falando que houve esse tipo de pedido. Reuni meu gabinete, conversei com meu secretário-executivo (Victor Godoy), e pedi que reduzisse a termo oficial em um documento. Em agosto do ano passado, marquei uma reunião com o ministro da CGU. Fui lá, entreguei esse documento e pedi que ele tomasse as providências. Ele me disse que iria instaurar uma investigação sigilosa. O mérito era que havia uma possível mediação de uma conversa, que não era uma conversa que eu achava boa. Diante dessa conversa, não fiquei de braços cruzados”, enfatizou, durante entrevistas a emissoras de rádio e de tevê.

O ministro negou que houvesse a determinação de atender “primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, a todos os que são amigos do pastor Gilmar” — conforme áudio atribuído a ele. Explicou que os pedidos são inseridos em uma lista organizada pelos técnicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que avançam à medida que a documentação requerida em cada processo é atendida.

“As vezes falta um documento. Os que foram atendidos

Cleber Caetano/PR



Segundo Ribeiro, Bolsonaro não viu nada excepcional no áudio divulgado em que disse estar atendendo a interesses do presidente

Bolsonaro (PL). “Depois do áudio, o presidente me ligou e disse: ‘Eu não vejo nada demais no áudio’. Eu não o procurei. O cargo que eu estou é de confiança do presidente. O que ele falou é que eu permaneço, eu fico de acordo com a sua confiança. Se ele quiser, quando quiser, ele pode pedir o cargo. Não tenho nenhum apego ao cargo”, assegurou.

As explicações de Ribeiro, porém, amenizaram a crise pelo menos na ala evangélica — uma das vozes mais fortes no governo. Se mais cedo o grupo pedira a cabeça de Ribeiro, depois da entrevista o tom mudou.

“Vi na fala do ministro a plena disposição na apuração dos fatos, que é o que nós queremos, para que se alguém praticou algum ato ilícito, que seja exemplarmente punido”, afirmou o presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ). Mais cedo, afirmou que precisava “ser esclarecido a fala final do ministro (no áudio), quando ele cita os recursos para a igreja. Sabemos que é impossível fazer repasse de recursos de qualquer ministério à Igreja”.

Ribeiro contou com a defesa até mesmo do vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos), que o classificou como uma pessoa “honesta”. Segundo o general, “não há problema” algum que ele permaneça no MEC até esclarecer o caso. “Tem honestidade e propósito, é uma pessoa extremamente educada, cautelosa nas coisas”, explicou.

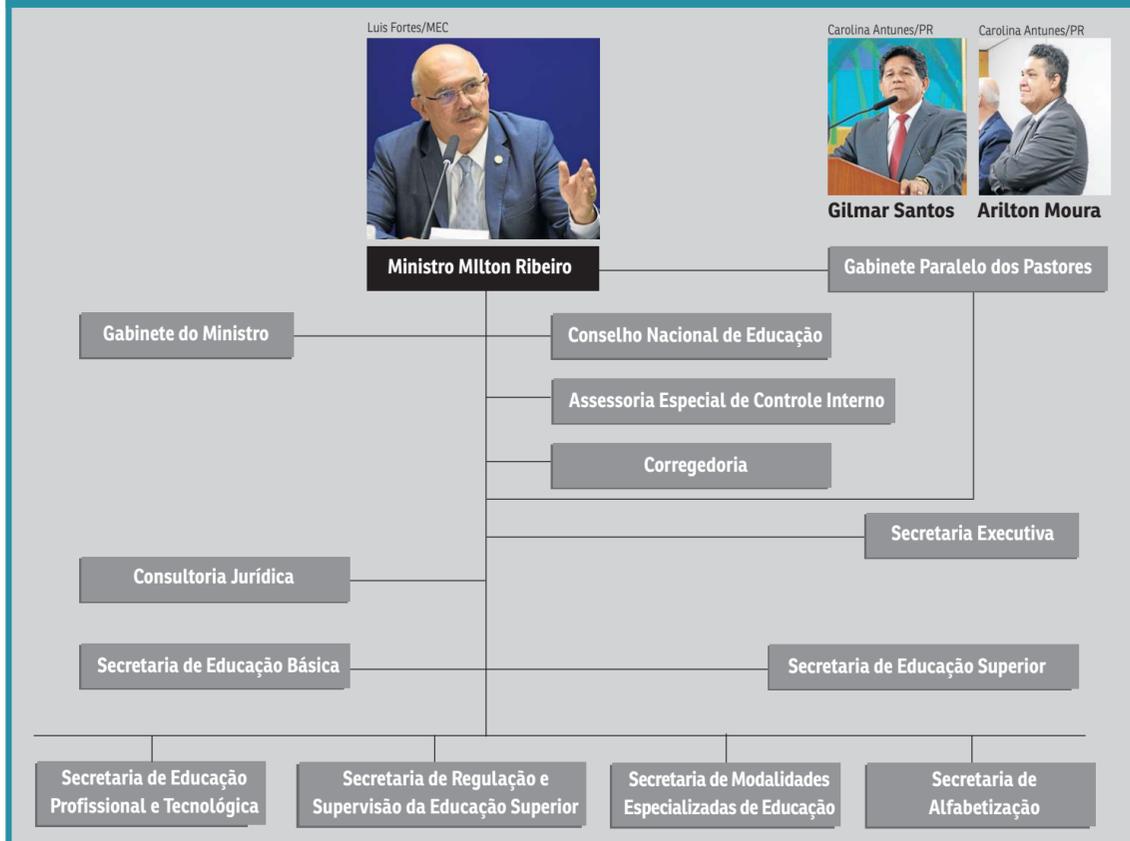
Voto contrário

Já o filho 03 do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro (União Brasil-SP), afirmou nos bastidores ser veementemente contra a saída de Ribeiro. Isso porque abriria mais espaço para o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, presidente licenciado do Partido Progressista. Com a eventual troca de comando no MEC, um dos possíveis sucessores seria o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Marcelo Ponte, que já foi chefe de gabinete do senador licenciado.

Nos corredores do governo e do Congresso, a pressão do Centrão pela saída de Ribeiro — e a eventual colocação de Ponte no lugar — seria uma forma de compensar o PP pela onda de bolsonaristas na direção do PL, partido escolhido pelo presidente para disputar a reeleição.

Sobre esta possibilidade, Ribeiro até mandou um recado direto ao ministro da Casa Civil em uma das entrevistas que concedeu. “Meu colega Ciro: acredito em sua seriedade, lealdade. Em nenhum momento sinalizou algo dessa natureza comigo. O Marcelo (Ponte) é um jovem administrador, que está revolucionando o FNDE pela sua seriedade e competência”, provocou.

Organograma simplificado do MEC e onde funcionaria o Gabinete Paralelo



antes, certamente preencheram todos os requisitos. Eu desconheço essa velocidade (no atendimento), não foi por minha mediação. Se aconteceu, deve

ter sido porque eles conseguiram alcançar a documentação necessária”, defendeu.

Questionado sobre a presença de Gilmar e Arilton na

comitiva ministerial que fez uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), Ribeiro garantiu que “jamais embarcamos nos aviões da FAB”.

Permanência

Ribeiro afirmou que “está firme” no cargo e que conversou com o presidente Jair

PGR também quer apurar corrupção

O procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para investigar o ministro da Educação, Milton Ribeiro, pelos crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa. O ministro teria cometido os delitos ao permitir o aparelhamento religioso da estrutura do MEC com a criação de um gabinete paralelo operado por pastores evangélicos.

No documento encaminhado ontem ao gabinete do presidente do Supremo, Luiz Fux, o chefe da mais alta instância do Ministério Público Federal (MPF) afirma que as representações encaminhadas à PGR por parlamentares “portam grau de plausibilidade e lastro probatório material” que demandam a instauração de inquérito para “elucidação da

possibilidade do cometimento dos delitos”. Além do inquérito solicitado pela Procuradoria-Geral, existem outras quatro petições enviadas por deputados e senadores ao Supremo, que devem ser incorporadas à investigação principal.

O procurador-geral solicitou, ainda, a autorização para tomar outras medidas, como a coleta do depoimento de Ribeiro, dos pastores acusados de operarem o gabinete paralelo e de todos os prefeitos citados no esquema. Aras também cobrou o envio para inspeção da Polícia Federal (PF) do áudio no qual o ministro atribuiu ao presidente Jair Bolsonaro a abertura das portas do MEC para os líderes religiosos envolvidos na denúncia.

A PGR também exigiu que o Ministério da Educação e a Controladoria-Geral da União (CGU) apresentem o cronograma de

liberação das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e os critérios adotados na destinação do dinheiro. O inquérito tem prazo inicial de 60 dias para transcorrer.

Na última terça-feira, o MEC divulgou nota para blindar Bolsonaro do escândalo — a pasta disse que o presidente não pediu tratamento preferencial a prefeitos ligados aos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, que estão no centro do escândalo da liberação de propina no MEC.

Congresso

No Congresso, até aliados do governo cobraram uma investigação e a saída de Ribeiro. Partidos do Centrão, como PL, Republicanos e Progressistas, estão de olho na vaga. O MEC tem um orçamento de aproximadamente

R\$ 280 bilhões, um dos maiores da Esplanada.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), disse que Ribeiro precisa se explicar. “Não pode haver dúvidas com relação à seriedade tanto do trabalho do ministro, quanto do ministério. Se o áudio for como é, extrapola as atividades do ministro e da pasta”, cobrou.

Mais cedo, Ribeiro ligou para o presidente da Comissão de Educação (CE) do Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), e acertou sua ida ao colegiado na próxima terça-feira. O colegiado deve votar um requerimento, hoje, para convocar o ministro a prestar esclarecimentos — mas como ele já se colocou à disposição, a votação pode se transformar em convite. “O ministro me ligou para se colocar à disposição para prestar

Roque de Sá/Agência Senado



Castro acertou a ida do ministro para a próxima terça-feira

esclarecimentos na CE. Recursos públicos não podem ser tratados com essa leviandade ou leveza toda”, disse Castro.

A pressão no Congresso pela saída de Ribeiro está grande. “Se esse governo fosse sério, com a

gravação ele não seria mais ministro. Há um discurso de honestidade, um discurso hipócrita, quando na realidade os porões de dentro do governo estão podres”, disse o senador Omar Aziz (PSD-AM).